

Trabalho de Adolescentes Socialmente Assistidos: Avanço ou Recuo de uma Política?

*Myrtes de Aguiar Macedo*¹

Nosso objetivo, neste texto, consiste em examinar as implicações da inserção de adolescentes no mercado formal de trabalho através de programas que envolvem a parceria de entidades assistenciais e organizações empresariais, no contexto da política de assistência à criança e ao adolescente normatizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990.

De alguns anos para cá, com o agravamento da pobreza no país, o número de programas sociais voltados para o trabalho remunerado de adolescentes vem se multiplicando nos centros urbanos, tendo entidades governamentais e não governamentais como mediação importante no recrutamento, treinamento e contratação dessa mão de obra. À luz da Política de Proteção ao Trabalho de Adolescentes no Brasil destaca-se como questão crucial nesses programas, a secundarização ou, em alguns casos, a negação de sua base educativa.

Procuramos, na discussão apresentada, transitar das relações entre trabalho e educação construídas historicamente na sociedade capitalista, ao debate contemporâneo dessas relações no Brasil, particularizando suas expressões no contexto das práticas assistenciais mencionadas acima, face à conjuntura de crise econômica dos anos 90. O desvendamento das ambigüidades e contradições do trabalho de adolescentes socialmente assistidos, neste texto, passa pelo entendimento das estratégias utilizadas pela burguesia brasileira para construção ou restabelecimento de sua

¹ Doutora em Política Social pela Universidade de Manchester e Professora do Departamento de Serviço Social da PUC/Rio.

hegemonia conforme as análises de conjuntura apresentadas nos trabalhos de Mota (1995), Frigotto (1995a, 1995b e 1996) e Gentili (1996).

Trazer à tona essa discussão visa a estabelecer algumas pistas para o debate no interior do Serviço Social, de modo que se possa avançar na compreensão das peculiaridades do processo de articulação entre trabalho e educação no campo assistencial, tendo em vista as mudanças que se operam no mercado de trabalho e nas políticas públicas no país.

Estas reflexões se respaldam empiricamente em uma pesquisa que coordenamos, na PUC-Rio, sobre a mediação das ONGs na profissionalização de adolescentes, através de projetos de inserção de adolescentes no mercado de trabalho na cidade de do Rio de Janeiro.²

Trabalho e Educação: uma relação pelo avesso

Um passeio pela história do trabalho infanto-juvenil na primeira revolução industrial nos permite elucidar, a partir dessa trajetória, uma relação de constante tensão entre o trabalho e o ensino escolar de crianças e adolescentes de famílias trabalhadoras.

Para um breve resgate dessa história nos limites deste artigo, nos apropriamos do estudo de Nogueira (1990) sobre as condições de trabalho e instrução das crianças trabalhadoras do final do século XIX, na Inglaterra. Esse estudo ressalta o papel desempenhado pela indústria têxtil na difusão em larga escala do trabalho infantil em condições extremamente precárias.

Seguindo a perspectiva marxiana de análise, Nogueira registra a semelhança, mencionada por Marx, do trabalho infantil ao trabalho escravo. Essa identificação teve por base dois determinantes do uso capitalista do trabalho infantil no contexto da revolução industrial na Inglaterra:

² Esta pesquisa, intitulada Criança/Adolescente e Trabalho: Profissionalização Mediatizada pelas ONGs, fez parte do projeto integrado Questão Social da Criança e do Adolescente: Mediações no Âmbito do Trabalho, apoiado pelo CNPq e sediado na UFPB. Na PUC-Rio, o projeto desenvolveu-se no período de agosto de 1995 a janeiro de 1997, contando com a participação, na equipe de pesquisa, da assistente social Sílvia Helena Gonzaga da Silva e da estudante de Serviço Social Maria Fernanda de Araújo Pedro, respectivamente, bolsistas da FAPERJ e do PIBIC/PUC/CNPq.

1) a força de trabalho infantil não era juridicamente livre no mercado de trabalho, sua venda era objeto de transação entre terceiros: a administração (no caso das crianças socialmente assistidas) ou o pai e o empregador; 2) em decorrência desse tipo de transação, o empregador detinha amplos poderes sobre as condições de vida e de trabalho das crianças, via de regra, submetidas a maus tratos e a sobrecarga de trabalho.

Conforme o eixo de nossa discussão, destacamos no estudo em tela, o seu rastreamento das diferentes formas de mobilização da força de trabalho infantil ao longo da revolução industrial: “nos primórdios da indústria, recorreu-se sobretudo às crianças atendidas pela assistência paroquial, chamadas de “aprendizes” (órfãos, abandonados, indigentes, etc). As paróquias, mediante acordos feitos com os fabricantes, comprometiam-se a fornecer-lhes certo contingente de crianças aptas ao trabalho” (Nogueira, 1990:34). A participação de entidades assistenciais, como fontes de mobilização da mão de obra infanto-juvenil para a indústria inglesa nascente, não deixa de ser um registro histórico que merece nossa atenção, ao considerarmos os programas atuais de inserção de adolescentes no mundo do trabalho, não obstante sua constituição a partir de mediações históricas distintas .

As *workhouses* foram, gradativamente, substituídas no fornecimento de mão de obra infantil pelo próprio pai, que passa a assumir a transação da venda da força de trabalho das crianças, à medida que as fábricas se concentram nas cidades onde a mão de obra constituída por mulheres e crianças era abundante. Assim, o que a história nos mostra é uma grande exploração capitalista do trabalho infanto-juvenil.

As modificações mais substantivas no trato do trabalho de crianças e adolescentes só ocorreram com as limitações impostas, pela primeira legislação social, quanto ao uso da mão de obra infantil. A Inglaterra, como pioneira na regulamentação de trabalho infantil, compreendeu, segundo Guedes (Doc.S/D:53) “que o trabalho do menor era um mal por vezes necessário, para evitar um mal maior. Dava-se-lhe a educação do trabalho, em vez da ociosidade e da vadiagem. Com o seu salário aliviava-se o orçamento da família operária e, dessa forma, facilitava-se a constituição de famílias numerosas. E, assim, sendo frequentemente inconveniente

proibir o trabalho da criança, o melhor seria protegê-lo e regulamentá-lo”.

Entretanto, o principal marco histórico na regulamentação do trabalho infantil, na Europa, localiza-se nas conferências de Paz, realizadas após a guerra de 1914, em Paris e Versalhes, quando as nações vencedoras assinaram um amplo acordo de proteção aos trabalhadores e a quase totalidade dos países passa a ter uma legislação social que preconizava: “A supressão do trabalho das crianças e a obrigação de impor ao trabalho da mocidade de ambos os sexos os limites necessários para lhes permitir que continuem a sua educação e lhes assegurar o desenvolvimento físico” (Idem:66). Esse avanço no plano normativo, no Brasil, só foi alcançado recentemente, com o ECA.

Na sociedade moderna, a educação é identificada como a forma escolar dominante. Sobre a supremacia da forma escolar de educação sobre outras formas não escolares, entre as quais se inclui a forma profissionalizante de educação, comenta Saviani: “...quando se quer falar em educação que não é a da escola, temos que fazer a referência sempre pela via negativa: educação não escolar, educação não formal, informal. O critério para entender as demais é a forma escolar” (Saviani, 1996:157). O autor, em seu resgate histórico, ressalta o antagonismo de classe que reveste a educação no capitalismo, reconhecendo que mesmo na generalização da escola, através de uma educação escolar básica universalizante, este antagonismo se expressa ao reservar aos trabalhadores uma formação limitada a determinadas habilitações profissionais, segundo às exigências de parcelamento taylorista do trabalho. Produz-se assim, um sistema educacional dualista, composto por uma formação escolar de natureza intelectual dissociada da formação profissional destinada à classe trabalhadora.

No Brasil, historicamente, a formação profissional, por delegação do Estado, esteve sempre sob o controle dos empresários, através das escolas técnicas da rede pública, como das agências de formação mantidas pelo patronato, tais como SENAI, SENAC e SENAR (Frigotto, 1995). Este projeto de formação profissional, fundamentando-se na teoria do capital humano, assenta-se sobre a perspectiva do fordismo que se caracteriza, conforme o autor, “pelas grandes organizações industriais, tecnologia pesada e de base fixa, decomposição das tarefas, ênfase na gerência do trabalho, treinamento para o posto, ganhos de produtividade e estabilidade no em-

prego" (Frigotto, 1996: 94). Para o autor, a perspectiva do adestramento e do treinamento orientava os programas de formação profissional, sem maiores questionamentos, até recentemente.

Entretanto, a partir da análise da crise do capitalismo real, neste fim de século, Frigotto(1995), particularizando o contexto brasileiro, examina as implicações políticas nas mudanças na materialidade histórica das relações capitalistas que demandaram a teoria do capital humano nos anos 60/70 e sua redefinição atual, nos anos 80/90, face a uma materialidade diversa que está exigindo a sociedade do conhecimento e da qualidade total. " De forma mais dissimulada, os conceitos de sociedade do conhecimento, qualidade total, flexibilidade e participação, elidem as relações de classe e de poder". Neste sentido, o autor assinala que as saídas para a crise do capital articuladas no campo da educação, a partir da mudança dos conceitos de capital humano para sociedade do conhecimento, "expressam a forma mediante a qual ideologicamente se apreende a crise e as contradições do desenvolvimento capitalista e se encobre os mecanismos efetivos de recomposição dos interesses do capital e de seus mecanismos de exclusão" (Ibidem:104)

Na perspectiva de análise adotada, o autor apreende a educação no plano das determinações e relações sociais concretas como um processo constituído e constituinte destas relações. Assim, a educação, na sua processualidade histórica, é vista por Frigotto, como um campo de disputa pela hegemonia: "...a educação é concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, sendo ela mesma uma forma específica de relação social" (Frigotto, 1995: 173). Seguindo esta linha de argumentação na análise da disputa hegemônica no Brasil atual, o autor identifica duas tendências alternativas na condução dos processos educativos e de qualificação humana: uma, que representa os interesses ou as necessidades de redefinição de um novo padrão de reprodução do capital; e outra, que se articula em torno das necessidades da classe ou classes trabalhadoras. Nessa reflexão, Frigotto ressalta o papel das mudanças tecnológicas na configuração dinâmica da materialidade onde são engendradas ambas as proposições. No plano político-histórico, a questão colocada pelo autor, é de "disputar

concretamente o controle hegemônico do progresso técnico, do avanço do conhecimento e da qualificação, arrancá-los da esfera privada e da lógica da exclusão e submetê-los ao controle democrático da esfera pública para potenciar a satisfação das necessidades humanas" (Ibidem, 1995:139). Nessa concepção, o horizonte dos processos educativos que se articulam aos interesses das classes trabalhadoras deverá potencializar a "formação humana unitária" que significa um resgate do conceito de formação omnilateral no interior do processo de "emancipação humana" em Marx, Engels e Gramsci. Essa luta contra-hegemônica, que tem na escola pública uma de suas principais mediações, enfrenta hoje a grande investida privatizante que vem ganhando espaço na sociedade brasileira.

Face à ofensiva do neoliberalismo contra a escola pública no Brasil, partilhamos com a posição de Gentili, na afirmação de que: " a ofensiva neoliberal contra a escola pública se veicula através de um conjunto medianamente regular e estável de medidas políticas de caráter dualizante e, ao mesmo tempo, através de uma série de estratégias culturais dirigidas a quebrar a lógica do sentido sobre o qual esta escola (ou este projeto de escola) adquire legibilidade para as maiorias"(Gentili, 1996: 230). Em sua análise, Gentili associa às estratégias econômicas e sociais, as estratégias de ordem cultural, dizendo: " Trata-se não apenas de criar uma nova ordem econômica e política (tal como defendem alternativamente as versões economicistas ou politicistas), mas também da criação de uma nova ordem cultural"(Idem: 232). Nesse sentido, o autor argumenta que o pós-fordismo caracteriza-se pela consolidação de uma sociedade fundada na dualização, caracterizada pela marginalização crescente de amplos setores da população. Nesse universo dualizado, onde o mercado assume posição reguladora, o consumidor se sobrepõe ao cidadão.

No campo da formação profissionalizante, essa disputa pela hegemonia, no plano das relações concretas entre trabalho e educação, se expressa através das proposições polarizadoras que viabilizam projetos cujos eixos consistem, alternativamente, em: "educação para o trabalho" ou "educação pelo trabalho".(Ferreti, 1995). O primeiro, identifica-se com uma visão economicista da educação, enquanto fator de desenvolvimento; e o segundo, enfatiza os processos educativos, tendo, na sua dinâmica, o

trabalho como apoio.

Cabe sublinhar aqui, como referência na discussão em foco, a associação entre trabalho e educação, expressa na forma "trabalho educativo", conforme o ECA: "Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo" (ECA, Art. 68). Segundo o ECA, compete ao programa social que tenha por base o trabalho educativo "assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada".

Retomando as reflexões iniciais, estas nos permitem situar o trabalho de adolescentes socialmente assistidos, foco desta discussão, no campo das formas não escolares de educação, enquanto uma forma de intervenção sócio-comunitária que tende a expressar em negativo a relação entre trabalho e educação.

Sobre o trabalho de adolescentes no contexto da assistência social

A discussão da inserção de adolescentes no mercado formal de trabalho através de entidades assistenciais, neste texto, vincula-se a um conjunto de intervenções sócio-comunitárias, que compõem as estratégias da burguesia, na construção de sua hegemonia, no contexto de reorganização econômica e cultural da sociedade brasileira, tendo como referências os estudos de Ana Elizabete Mota (1995) e os trabalhos, já referidos, de Frigotto e Gentili.

Seguindo as reflexões de Mota (1995), a partir de 1989, observa-se no Brasil um deslocamento de natureza ideológica, tanto na ofensiva do capital, quanto na posição dos trabalhadores, privilegiando a conjuntura de crise econômica, em detrimento do embate em torno de projetos sociais. Segundo a autora, origina-se aí, o campo da cultura política da crise, acarretando significações e repercussões diferenciadas para o capital e para os trabalhadores. Conforme a tese de Mota: "Para o grande capital, (o deslocamento) demarca o momento a partir do qual é possível imprimir uma nova direção às relações entre sociedade, Estado e mercado, sob a alegação de reformas e ajustes à nova dinâmica do capitalismo mundial(...) Para os trabalhadores, esse deslocamento redireciona o conteúdo de suas

reivindicações para o campo das ideologias práticas marcadas pelas suas necessidades imediatas" (Mota, 1995:191).

As conclusões de Mota conduzem para a identificação de um eixo fundamental de articulação das propostas de enfrentamento da crise que incide no desenvolvimento do processo de privatização em sincronia com a assistencialização da seguridade social. A análise em referência avança no sentido de perceber que, no bojo da cultura da crise dos anos 80 e 90, emerge um novo tratamento da questão social brasileira forjado na cultura da solidariedade social, expresso através de redes de proteção social, de políticas de combate à pobreza, de comunidades solidárias ou de expansão dos programas de assistência social. Aqui, nos interessa destacar o que a autora denomina de "liberalismo possível" ao se referir a proposta defendida pela FIESP e pelas agências internacionais que conjuga a defesa da privatização com a criação de redes de proteção social ao cidadão. Em relação ao conteúdo da proposta, Mota declara: " Propõe a supressão total das contribuições, embora inclua a educação como um dos componentes para a referida rede de proteção, ao lado da previdência, da saúde e da **assistencia social educativa.**"(Mota,1995:22). Nessa perspectiva, a assistência assume significação no conjunto das relações entre as classes, como um dos mecanismos constitutivos do processo da hegemonia burguesa.

A mobilização de empresas para o apoio a programas assistenciais voltados para a educação e trabalho de crianças e adolescentes, por parte dos segmentos mais representativos dos setores empresariais, como a CNI (Conferência Nacional da Indústria) e PNBE, (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) mediante a realização de seminários com a participação de diversos setores da sociedade, comprovam o investimento dos empresários no fortalecimento de suas estratégias de fomento à solidariedade social.

Sobre a expansão do trabalho de adolescentes na esteira da crise brasileira, trazemos à reflexão as ponderações de Francisco de Oliveira (1995), que inclui esse tipo de trabalho como um dos elementos produtores das vulnerabilidades sociais que alcançam crianças e adolescentes pobres. Neste sentido, endossamos as palavras do autor na avaliação do trabalho precoce como "uma solução parcial tentada pelas próprias vítimas que abando-

nam a escola para se lançarem precocemente num mercado de trabalho que se comprimiu, na década de 80, e em consequência, esses novos trabalhadores somente conseguem os piores empregos, contribuindo involuntariamente, para substituírem trabalhadores e trabalhadoras mais velhos nas novas escassas vagas ofertadas" (Oliveira, 1995: 14). Nessa análise, Oliveira traz à tona dois aspectos cruciais com repercussões direta no processo de exclusão social a que estão submetidos os que vivem do trabalho em nossa sociedade: 1) a desqualificação do futuro trabalhador; e 2) a substituição presente da mão-de-obra adulta pela mão de obra infanto-juvenil.

Análises como esta põem em questão os programas sociais de inserção de adolescentes no mercado de trabalho. Com Alvim (1995), reconhecemos a complexidade desse campo de debate que envolve muitos interesses em confronto, entre os quais estão presentes os interesses imediatos das famílias trabalhadoras pobres. Neste momento de nossa discussão, consideramos importante resgatar algumas contribuições a esse debate que se referem às formas e aos significados assumidos por esta forma de intervenção no Brasil. Para alguns analistas, esses programas procuram executar uma **assistência preventiva**, encaminhando os adolescentes para o trabalho, a partir de uma "estratégia do primeiro emprego". Outros, ressaltam como a grande contribuição destes programas ao lado da alternativa de geração de renda que proporcionam ao adolescente o desenvolvimento da capacidade de disciplina pelo trabalho dos jovens trabalhadores.

Outra linha de crítica incide sobre a relação entre trabalho e educação, construída/desconstruída no âmbito desses programas. Essas críticas tomam como referência a oposição entre as equações já referidas anteriormente: educação para o trabalho ou educação pelo trabalho.

Com as mudanças que estão ocorrendo no mercado de trabalho, particularmente através da precarização de suas relações e de novas demandas em termos de capacitação, esses programas enfrentam novos desafios e críticas. Aqui, os questionamentos se voltam para a sua eficácia, no sentido de contribuir para uma melhor inserção dos egressos no mercado de trabalho, após 18 anos. Neste sentido, as incertezas quanto à contribuição dos programas se avolumam, chegando atualmente a induzir alguns redirecionamentos nas suas estratégias de intervenção. Trata-se da necessi-

dade de reinventar práticas que possam enfrentar a exclusão social crescente no país.

Segundo Vera Telles, o mercado de trabalho é uma das entradas possíveis de desvendamento da produção da exclusão social, o que não significa que esse processo se esgote no plano econômico. Trata-se, no entanto, do entendimento de que é através da dinâmica do mercado que são gestadas as regras excludentes de um contrato que lança muitos no desemprego, no subemprego e nas relações precárias de trabalho, conduzindo todos a "uma mesma ilegitimidade, desocupados, desempregados, trabalhadores sem emprego fixo e ocupação definida." (Telles, 1994: 97). Nesse contexto, para muitos, o significado dos programas em questão se reduz à ocupação dos adolescentes como prevenção à marginalidade.

Não se pode minimizar, na questão do trabalho de adolescentes, os condicionamentos de ordem ídeo-cultural que, associados aos econômicos, levam os pais a pressionarem os programas de encaminhamento de jovens para o trabalho pela obtenção de vagas para seus filhos. Entre as famílias pobres está bem arraigada a visão do trabalho como uma alternativa à vadiagem e um elemento fundamental na construção da identidade social. Neste sentido, em relação à formação dos filhos, parece não haver alternativas fora do esquema seguinte: "ou a rua que é a escola do crime, ou o trabalho que disciplina, forma o caráter e dignifica" (Oliveira e Pereira, 1995: 254). Essa matriz ideológica, segundo Colbari (1995), vem dando substrato às representações sobre trabalho no Brasil, desde a virada do século.

Voltando nossa atenção para os projetos, objeto dessa discussão, os quais são fundamentalmente articulados em torno do emprego, pela configuração que acabam assumindo na prática efetiva, tais projetos resultam na criação de uma nova modalidade, a de emprego assistido. As relações que configuram o emprego assistido se estabelecem numa triangulação em que uma empresa (mediante convênio) repassa recursos para uma entidade assistencial, que assumindo o papel de contratante, funciona como mecanismo de recrutamento, treinamento, contratação e acompanhamento dessa força de trabalho na empresa conveniada. Nessas práticas interventivas, as estratégias articuladas pelos profissionais no sentido de criar as condições de aprendizagem requeridas pela política de direito à profissionalização e

à proteção no trabalho, preconizada pelo ECA, enfrentam a relação de subordinação das entidades assistenciais face às empresas repassadoras de recursos, como uma determinante fundamental. É exatamente essa relação de subordinação, acima descrita, que faz do emprego assistido um tipo de capacitação para o trabalho, fortemente ambíguo, escapando aos modelos de formação construídos a partir de outras mediações na articulação direta entre trabalho e educação.

Nesse contexto de ambigüidades, o emprego assistido pode variar, assumindo por vezes, um perfil mais assemelhado às relações típicas do trabalho assalariado e por outras vezes, ficando mais próximo de um estágio profissionalizante. Nessa questão, há indícios de cumplicidade de algumas entidades assistenciais com as empresas, no descumprimento da legislação vigente, conforme denuncia um agente da fiscalização do trabalho do menor no estado do Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério do Trabalho: "A Seção de Proteção ao Trabalho do Menor conseguiu mais uma vitória sobre mais uma ilegalidade (no caso, inconstitucionalidade), cometida sob o manto da caridade. Em 24 de julho de 1996, o Delegado Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro tornou sem efeito o despacho exarado do Proc. 35.301-061242/92, o qual autorizava a utilização de um **carimbo** a ser apostado na CTPS de adolescentes que pertencessem a **programas de inserção no mercado de trabalho**" (Ferreira:1997)³. Com esse carimbo, os adolescentes ficam submetidos a uma situação contratual que não lhes assegura seus direitos trabalhistas e previdenciários. A conivência de determinados programas, no "descaso" da legislação em vigor, representa um retrocesso no plano prático-político no trato da questão do trabalho de adolescentes, com sérias implicações no campo dos direitos sociais. Neste sentido, acrescenta Ferreira: "As denúncias mais frequentes são quanto a **programas** que insistindo no ultrapassado argumento de que é melhor o adolescente estar trabalhando para uma empresa do que estar na rua, burlam a lei (pois inexistente o registro destes menores como empregados),

³ Matéria divulgada no Jornal da AFAITERJ (Associação dos Agentes da Inspeção do Trabalho) Número 41 Abril/Maio/Junho de 1997, intitulada Novidades para a Fiscalização do Trabalho do Menor de autoria de Angélica Abrantes Ferreira, Fiscal do Trabalho.

intermediando uma mão-de-obra desqualificada, mas, muito barata." Estas observações nos levam a inferir uma certa analogia entre esses programas e aqueles realizados na Inglaterra, por ocasião da expansão da indústria têxtil, em termos da recriação de práticas de exploração do trabalho juvenil, já superadas na história.

A discussão do trabalho de adolescentes socialmente assistidos, no Brasil hoje, estrutura um campo de debate, no qual a assistência aí inserida precisa ser problematizada, repensada e recriada em referência ao projeto de contra-hegemonia, em construção na sociedade brasileira, segundo a concepção gramsciana de Frigotto.

Alguns achados da pesquisa

Neste tópico, trazemos à consideração alguns aspectos extraídos dos resultados da pesquisa, já referida neste texto, que teve como objeto a mediação das ONGs na profissionalização de adolescentes através da sua inserção no mercado formal de trabalho. O processo de pesquisa desenvolveu-se em duas etapas: 1) Mapeamento dos projetos de inserção de adolescentes no mercado de trabalho, realizados por entidades assistenciais não governamentais, no Centro, Zona Sul, Tijuca e arredores na cidade do Rio de Janeiro, conforme zoneamento do Projeto Roda Viva (1995); 2) Entrevistas semi-estruturadas sobre as representações da relação trabalho/educação com profissionais, instrutores e adolescentes trabalhadores em três dos projetos cadastrados.

Esse mapeamento, realizado no período de agosto a dezembro de 1995, alcançou um total de 10 projetos que, no conjunto, prestavam assistência a um contingente de 3.167 adolescentes, trabalhando em 577 empresas conveniadas. O quadro abaixo apresenta um resumo quantificado da capacidade efetiva de atendimento e das empresas conveniadas por unidade cadastrada.

Projetos cadastrados Volume de atendimentos e Empresas conveniadas

Projetos Cadastrados		Adolescentes Atendidos	Empresas Conveniadas
1.	APAR (Associação Patrulha do Jovem do Rio)	758	300
2.	BECA (Banco de Empresas, Cursos e Acompanhamentos) - Fundo Inter-Religioso	250	03
3.	Inserção do Adolescente no Mercado de Trabalho - Associação Beneficente São Martinho	606	23
4.	PLEITEAR (Plano de Emergência e Integração dos Adolescentes de Rua) Pastoral do Menor.	135	10
5.	CRT (Centro de Referência do Trabalho Pastoral do Menor) - Pastoral do Menor	-	-
6.	Encaminhamento para o Trabalho - "Se Essa Rua Fosse Minha"	22	04
7.	CAMP (Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro) Ipanema.	250	17
8.	CAMP (Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro) Vila Izabel	322	202
9.	Projeto Centro da Juventude - ACM (Associação Cristã de Moços)	162	03
10.	Inserção no Mercado de Trabalho - CESAM (Centro Salesiano do Menor)	660	15
TOTAL		3.165	577

Observa-se, através desse quadro, que alguns projetos apresentam uma grande dispersão de adolescentes nos locais de trabalho, o que se constata pela correlação entre o número de empresas conveniadas e o número de adolescentes atendidos. Isto decorre das parcerias com pequenas empresas que não têm estrutura para receber grupos e que, em sua maioria, estão mais interessadas no uso da mão de obra desses adolescentes.

Entre os projetos cadastrados, constam apenas dois CAMPs (Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro) da rede de trinta unidades semelhantes que atuam na cidade do Rio de Janeiro, sob a coordenação da Associação de Patrulheirismo do Rio e da Fundação da Infância e da Adolescência (FIA). Os CAMPs são articulados pela filosofia do patrulheirismo que concebe o trabalho para os adolescentes da periferia, como meio de prevenção à marginalidade. Quantitativamente, essa rede ocupa uma posição destacada entre os projetos de inserção, tendo alcançado um total de 5.000 adolescentes, no período da pesquisa.

Com características de banco de dados, foram identificados no mapeamento, dois projetos: o BECA (Banco de Empregos, Cursos e Acompanhamento) e o CRT (Centro de Referência do Trabalho), este último, em fase de implantação. Os demais projetos cadastrados apresentam o mesmo perfil quanto à sistemática de recrutamento e encaminhamento do adolescente para o trabalho. Entretanto, qualitativamente, estes projetos são bastante diferenciados, sobretudo no que tange a construção/desconstrução da relação entre trabalho e educação. São mediações determinantes dessa diversidade, a seleção das empresas conveniadas, a equipe técnica vinculada ao projeto, a definição de uma proposta pedagógica e o tipo de acompanhamento realizado.

Dado o volume de informações colhidas na pesquisa qualitativa, os achados (findings) que apresentamos, se restringem às informações obtidas através das entrevistas com assistentes sociais e que se relacionam às suas representações sobre os projetos aos quais se encontram vinculados, especialmente no que diz respeito à sua percepção do trabalho dos adolescentes e das parcerias. Cabe ressaltar que a maioria dos projetos mapeados

são coordenados por assistentes sociais e que, no nível de execução, também são estes profissionais os que têm maior presença nas equipes técnicas.

Quanto à percepção do trabalho de adolescentes, por parte dos instrutores e de alguns assistentes sociais, ainda é paradigmática a visão que o reconhece como um instrumento de prevenção à marginalidade. Nesta ótica, os projetos de inserção teriam como função privilegiada, a de manter os adolescentes "ocupados".

"O trabalho eu vejo...como forma de ocupação positiva que evita muitos outros problemas...(Sobre o projeto) É um programa efficientíssimo, responde à necessidade da clientela, satisfaz muito nosso ego, porque você vê o crescimento da pessoa humana, você vê o menino respeitando seu superior, seu colega...Vê que esse menino entrou como mensageiro, saiu como mensageiro, mas que nesse período, ele ganhou um dinheiro honesto..."

(Assistente Social do Projeto X).

O caráter moralizante e disciplinador do trabalho de adolescentes continua presente nas representações de muitos profissionais vinculados aos projetos de inserção. O depoimento acima, também revela o tipo de trabalho comumente desenvolvido pelos adolescentes - o de mensageiro. Essas experiências como mensageiro, além de não contribuírem para a profissionalização, fazem com que o adolescente passe a substituir o adulto que recentemente vem sendo estimulado a se aposentar nas empresas estatais. Cabe esclarecer que a tendência de conceber o trabalho do adolescente como ocupação, é mais frequente entre os profissionais que estão vinculados a projetos em parcerias com pequenas empresas, as quais tornam mais evidente o seu interesse na utilização dessa mão-de-obra.

Por outro lado, encontramos projetos, com exigências explícitas, nos seus convênios, quanto à jornada de trabalho e sua compatibilização com as atividades escolares dos adolescentes:

"O convênio cobra o bom desempenho escolar e o bom desempenho no trabalho. Então, eu acho que no caso do adolescente, ele tem que saber dividir...Porque ele tem 4 horas diárias prá estudar, se diminuiu a

carga horária (no trabalho) para isto. O convênio coloca bem claro isto, o objetivo dos adolescentes estarem aqui, é de aprendizagem e não de exploração de mão de obra barata”.

(Assistente Social do Projeto Y)

A declaração desse assistente social revela um posicionamento distinto do anterior, esclarecendo exigências que indicam uma postura de seletividade, por parte dos projetos, na escolha das empresas como parceiras. Fica clara também, a perspectiva individualista norteadora da visão do assistente social que responsabiliza o adolescente pelo seu próprio sucesso ou insucesso tanto no trabalho, como na escola.

Em face da crise atual no mercado formal de trabalho, observamos grande preocupação, por parte dos profissionais, quanto ao destino dos egressos desses projetos, após 18 anos. Como uma das saídas para enfrentar a escassez de empregos, a pesquisa identificou em um dos projetos, um esforço inovador, no sentido de redirecionar o conteúdo de sua proposta pedagógica para uma preparação do adolescente para o trabalho autônomo.

“Hoje, precisa-se diferenciar trabalho e emprego... Fala-se de crise do trabalho, a crise é do emprego...Hoje, nossa preocupação já não é o emprego e sim prepará-lo (o adolescente) para experiências autônomas de trabalho...estamos investindo muito na valorização desses adolescentes como pessoa, no despertar de sua criatividade, nosso intuito é que eles busquem alternativas de trabalho autônomo e assim enfrentem a realidade que está aí com maiores possibilidades”

(Assistente Social do Projeto N).

Este é um depoimento em que parece implícita a idéia de um processo de formação unitária rompendo com a dicotomia entre o ensino escolar e o ensino profissionalizante. Em relação a escola pública, esta assistente social formulou a seguinte crítica: *“A escola está distante da realidade do aluno...não dá ao adolescente o conhecimento necessário da realidade de trabalho...daí é desinteressante para ele”.*

Declarada ou não, parece ser uma constante, nesses projetos, a relação tensionada entre estes e as empresas.

“Se você (o profissional) tem uma proposta pedagógica séria, que sinalize os entraves que possui e que os trabalhe...esta construção (da parceria) é uma sabedoria, quando bem articulada, todos ganham. Não negando que a troca existe, a empresa está investindo porque tem seu retorno, mas o adolescente também se quiser aproveitar, se sairá bem” (Assistente Social do Projeto M).

Este depoimento realça o caráter contraditório desses projetos, os quais, movendo-se em um campo de confrontos de interesses, supõem dos profissionais envolvidos a definição de estratégias em sintonia com os projetos societários, em disputa, na sociedade brasileira.

Apesar dos determinantes sócio-históricos desse tipo de intervenção reforçarem a tendência à homogeneização desses projetos, os dados da pesquisa mostram que essas práticas, qualitativamente, apresentam uma grande diversidade, que precisa ser considerada no plano analítico. A complexidade da vida social requer um recurso metodológico capaz de identificar e recuperar temporalidades desencontradas e coexistentes (Souza Martins, 1996:21). Com Souza Martins reconhecemos que na articulação desses projetos coexistem “modos, mundos, relações, concepções que não são contemporâneas.” Queremos dizer que no interior dessas experiências de intervenção social, coexistem relações sociais com origens históricas distintas determinando relações de “descompasso” e de “desencontro” que precisam ser identificadas como exigências para a definição das estratégias de ação.

Finalizando, em resposta à questão colocada no título deste artigo, podemos dizer, incorporando as contribuições analíticas de Frigotto, que a política em questão, pela materialidade de que ela se constitui na prática, pode conter elementos de avanço ou de retrocesso conforme as perspectivas e estratégias de formação profissional adotadas.

Referências Bibliográficas

- ALVIM, 1994. O trabalho Infante - Juvenil em Discussão in *Tercerização - Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*. Martins e Ramalho (Orgs), São Paulo, Editora HUCITEC / CEDI - NETS.
- COLBARI, A. L. 1995 - *Ética do Trabalho*, São Paulo, Ed. Letras e Letras.
- FERRETI, C. J. 1995 - **Educação para o Trabalho** in *O Trabalho no Limiar do Século XXI*, Ed. LTR, São Paulo.
- FRIGOTTO, G. 1995a. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*, São Paulo, Editora Cortez.
- _____. 1995b *Educação e Formação Humana. Ajuste Neoconservador e Alternativa Democrática in Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação - Visões Críticas*, Petrópolis. Ed. Vozes.
- _____. 1996 - **Os Delírios da Razão - Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional in Pedagogia da Exclusão - Crítica ao Neoliberalismo em Educação, Petrópolis, Ed. Vozes.**
- GENTILI, P. 1996 - **Adeus à Escola Pública - A Desordem Neoliberal, A Violência do Mercado e O Destino da Educação das Maiorias** in Gentili, P. (Org) *Pedagogia da Exclusão - Crítica ao Neoliberalismo em Educação*, Ed. Vozes.
- GUEDES, M. (S/D) **O Plano Beveridge**, Lisboa, Editorial - Século - 2ª Edição.
- MACÊDO, M. de A. 1996 - **Criança / Adolescente e Trabalho: Profissionalização Mediatizada nas ONGs de João Pessoa e do Rio de Janeiro - Relatório Final de Pesquisa (mimeografado)**.
- MARTINS, J. de S. 1996 - **As Temporalidades da História na Dialética de Lefebvre in Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**, Martins, J. de S. (Org) São Paulo, Editora HUCITEC.
- MOTA, A. E. 1995 - **Cultura da Crise e Seguridade Social - Um estudo sobre as tendências da previdência e da Assistência Social Brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo, Editora Cortez.
- NOGUEIRA, M. A. 1990 - **Educação, Saber, Produção em Marx e Engels**, São Paulo, Editora Cortez.
- OLIVEIRA, F. 1995 - **A Questão do Estado - Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos - São Paulo, Cadernos ABONG - Série Especial**.

-
- OLIVEIRA, O; Pires, J. M. 1995 - O Trabalho da Criança e do Adolescente in *O Trabalho no Brasil no Limiar do Século XXI*, Ed. LTR.
- SAVIANI, P. 1996 - O Trabalho como Princípio Educativo in Ferreti, Zilias, Madeira e Franco (Orgs) *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação*. Petrópolis. Ed. Vozes.
- TELES, V. 1994 - Pobreza e Cidadania: Precariedade e Condições de Vida in *Terceirização - Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*, Martins e Ramalho (Orgs). São Paulo, Editora HUCITER / CEDI - NETs.